

Cooperativas Descentralizadas da Agricultura Familiar como estratégia para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Decentralized Family Farming Cooperatives as a strategy for the Sustainable Development Goals

Nicolas Wolff de Farias

Mestre em Agroecossistemas. Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: nicolaswolff.fariass@gmail.com

ORCID: 0009-0006-9215-0103

Fábio Luiz Búrigo

Doutor em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: fabio.burigo@ufsc.br

ORCID: 0000-0003-0363-5215

Resumo

Embora pouco estudada na literatura, as Cooperativas Descentralizadas da Agricultura Familiar (CDAF) são organizações brasileiras concebidas para atuar perante às políticas públicas de aquisição de alimentos, à agroindustrialização e à produção sustentável de alimentos. Esse trabalho objetiva estudar a atuação das CDAF, tendo em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Conclui-se que as CDAF prestam relevantes serviços, tais como acesso as PPAA e aprimoramento de canais de comercialização.

Palavras-chave: território; Agenda 2030; Serra Catarinense

Abstract

Although little studied in the literature, Decentralized Family Farming Cooperatives (CDAF) are Brazilian organizations designed to support public policies on food acquisition, agroindustrialization, and sustainable food production. This study aims to analyze the performance of CDAFs, considering the Sustainable Development Goals. It concludes that CDAFs provide important services, such as access to PPAA and improved marketing channels.

Keywords: territory; 2030 Agenda; Catarinense mountain range.

DOI: <https://doi.org/10.18616/rdsd.v11i2.10044>

Recebido: 12-08-2025

Aprovado: 29-10-2025

1. Introdução

A partir dos anos 1960, o meio rural do Brasil passou a conviver com os impactos da revolução verde. Esse movimento modernizante trouxe uma série de consequências ao incorporar as tendências do capitalismo durante o período do pós-guerra (Palmeira, 1989). Segundo Niederle e Wesz (2022), no Brasil, a importação do modelo se baseou no uso de pacotes tecnológicos sem alterar o perfil de concentração de terras existentes, criando um processo de modernização agrícola do tipo conservadora. Pela lógica desse modelo, que mais tarde passou a ser conhecido no Brasil por agronegócio, a agricultura tradicional camponesa, então existente, ou passaria a ser integrada ao processo ou ficaria marginalizada, intensificando problemas como o êxodo rural, concentração de capital, conflitos agrários e a desigualdade social no meio rural (Sartori; Magnanti, 2021).

Embora hegemônico, esse processo se deu de maneira muito desigual nas diferentes regiões do país. Mesmo em Santa Catarina, estado caracterizado pela presença de pequenas propriedades agrícolas, a modernização também não foi homogênea (Cazella et al., 2019). Nas últimas décadas, uma parte significativa desses colonos acabaram se transformando em agricultores familiares modernizados (Abramovay, 1992), inserindo-se ao processo de tecnificação da agricultura e adotando os padrões produtivistas das cadeias globais de commodities (Pompéia, 2021). Contudo, em alguns territórios do estado, a face excludente dos processos de modernização foi mais abrangente e essa realidade de contradições se apresenta de maneira particular. Esse é o caso da Serra Catarinense, onde a estrutura agrária baseada em grandes propriedades sofreu mais tardiamente os efeitos gerados pelo avanço do agronegócio, contribuindo para que o território tenha elevada desigualdade social (Cazella et al., 2019).

Combinar ações coletivas a processos inovadores de desenvolvimento sustentável nesses ambientes tão desiguais requer a superação de uma série de desafios, já que normalmente é nesses espaços que se observa uma escassez de recursos disponíveis e capital social voltados ao processo de desenvolvimento rural (Búrigo, 2007). Uma década atrás, a Serra Catarinense registrava o menor número de redes de cooperação que atuam com processos de agroindustrialização, conforme o estudo da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) sobre as Redes de Cooperação nos Empreendimentos de Agregação de Valor de Santa Catarina (Reiter et al., 2016). Nesse estudo, o território possuía apenas uma rede de cooperação, na categoria de Cooperativa Descentralizada, muito abaixo das 32 redes presentes na região do Oeste Catarinense e das 36 redes existentes no Sul Catarinense, como exemplo. Elias et al. (2019) destacam que diferentemente das regiões Oeste e Sul do estado, os agricultores familiares das regiões menos desenvolvidas do estado possuem uma maior resistência em investir nessas formas de organização.

Ampliando o debate para a esfera internacional, a discussão sobre novas soluções para o desenvolvimento se faz presente no esforço dos países integrantes da Organização das Nações Unidas (ONU), que por meio da Agenda 2030, instauraram como uma de suas premissas o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Alguns desses objetivos e suas metas buscam causar mudanças estruturais nas regiões onde as desigualdades sociais em curso vêm gerando ameaças graves para o futuro (Movimento Nacional ODS SC, 2022). Essas preocupações e propostas da ONU têm relação direta com a sustentabilidade atual e futura da Serra Catarinense.

A agenda 2030 assinala que para a implementação desses objetivos e metas serão necessários dispor de meios e instituições capazes de realizá-los em âmbito territorial, etapa predecessora ao alcance de transformações estruturantes e universais. Para a ONU, umas das formas de se impulsionar esses processos de transformação na ótica local e territorial é a mobilização social por meio da ação coletiva protagonizada por associações e cooperativas (Silva et al., 2021). A organização global prevê, portanto, que as cooperativas são organizações estratégicas para o cumprimento da Agenda 2030.

O movimento cooperativo se fortaleceu e se formalizou no século XIX, em meio à expansão da revolução industrial. Desde então surgiram muitas cooperativas com atuação em diversos segmentos rurais e urbanos por toda a Europa e, logo após, em outros continentes. Especialmente depois da criação da Aliança Cooperativa Internacional, em 1895, essas organizações passaram a carregar consigo princípios e valores comuns defendidos pelo movimento cooperativo para todo o globo (Namorado, 2013, p.5).

Diante da pertinência de fomentar um modelo coletivo de organização para a transformação da sociedade, os países integrantes da ONU votaram por unanimidade para tornar 2025 o Ano Internacional do Cooperativismo. Essa ação tem como intuito divulgar e desenvolver ações de cooperativas que promovam soluções para enfrentar desafios globais (OCB, 2024). As cooperativas rurais, por sua natureza, podem atuar conforme a diversos ODS da Agenda 2030, principalmente os ODS 2 e ODS 8.

Atualmente, Santa Catarina é o estado com o maior número de cooperados no cenário nacional, com 4.327.882 de pessoas (OCB, 2023). De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Santa Catarina detém a segunda posição dentro do ranking nacional de participação percentual de agricultores ligados ao movimento cooperativo, tendo 37,21% da sua agricultura familiar filiada, contra uma média nacional de 10,58% (IBGE, 2017). Ao longo do século XX e XXI, grande parte dessas cooperativas se incorporou ao processo de modernização da agricultura. Todavia, nas últimas décadas, têm surgido cooperativas oriundas da agricultura familiar e da agroecologia que buscam desenvolver novas formas de inserção nos processos de comercialização, com destaque para os circuitos curtos e os mercados das compras institucionais (Estevam; Mior, 2014).

Essas experiências aprimoram habilidades e práticas para atender condições e objetivos relacionados a novas tendências de consumo, as políticas públicas de abastecimento alimentar e preocupações com a sustentabilidade (Búrigo; Rover; Ferreira, 2021).

Um dos formatos organizacionais que vem se destacando no meio cooperativo catarinense são as chamadas Cooperativas Descentralizadas da Agricultura Familiar (CDAF). Esse modelo engloba diversas experiências correlatas, que muitas vezes já eram conhecidas por outras denominações (Estevam; Mior, 2014). As CDAF se destacam por não criar estruturas físicas próprias e centralizadas para a transformação de produtos, preservando também processos internos de decisão e gestão de caráter mais democrático. Suas funções primordiais são o de auxiliar a agricultura familiar (AF) a acessar as políticas públicas de aquisição de alimentos (PPAA) e certificar a produção agroindustrial desses agricultores. Também se caracterizam por atuar com vários produtos, ao contrário da maioria das cooperativas convencionais. A estratégia das CDAF, por sua vez, se coaduna com os interesses dos agricultores associados, que muitas vezes desejam incorporar novas formas de agregar valor aos produtos, mantendo uma base produtiva mais ampla, atrelada a suas tradições. Essa conduta orienta a ação das CDAF em direção a maior diversificação e fortalecimento da qualidade dos produtos comercializados.

Sabe-se que as CDAF não são propriamente uma novidade, pois elas já estão presentes em territórios de Santa Catarina desde o final da década de 1990. Embora as CDAF podem ser consideradas uma inovação institucional importante e sua presença territorial seja considerável e crescente, pois o modelo já mobiliza milhares de associados em várias localidades de Santa Catarina (Estevam; Mior, 2014), ainda são escassos os estudos científicos dedicados ao tema. Além dessa carência geral de pesquisas sobre a temática, existe uma lacuna ainda maior de conhecimento científico a respeito da ação das CDAF sob a ótica do desenvolvimento sustentável e de seu papel (real e potencial) em torno dos ODS da Agenda 2030 (Farias, 2025).

Esse trabalho é oriundo de um projeto desenvolvido entre 2020 e 2023 pelo Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território da Universidade Federal de Santa Catarina (Lemate/UFSC), do qual os autores são membros¹. Sintetiza também os resultados de um estudo de mestrado desenvolvido pelo primeiro autor e orientado pelo segundo. Assim sendo, esse artigo tem como objetivo estudar de que maneira se dá a atuação das CDAF, tendo em conta os ODS e metas previstos pela agenda 2030 da ONU. Em termos metodológicos o trabalho adota um caráter qualitativo e

¹Esta pesquisa integrou as ações do projeto "Desenvolvimento Territorial Sustentável: interfaces entre a Cesta de Bens e Serviços, Mercados e Marcas Territoriais", que foi executado com apoio financeiro do Edital universal 12/2020 da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc).

descritivo e está baseado em revisão da literatura, pesquisa documental e coleta de dados secundários. Incorpora ainda resultados de pesquisa de natureza empírica realizada em cinco CDAF situadas na Serra Catarinense. Os trabalhos de campo que compõem o estudo ocorreram entre setembro e outubro de 2023, durante os quais se coletou informações documentais e se procederam 5 entrevistas com dirigentes e atores territoriais.

O artigo divide-se em 4 seções além desta introdução. A segunda sessão apresenta o referencial teórico do trabalho, baseado numa breve revisão da literatura sobre a evolução do debate em torno do desenvolvimento sustentável e sobre a caracterização das. A sessão seguinte delinea as cooperativas objeto da pesquisa, os instrumentos metodológicos e as estratégias de investigação adotadas. A quarta sessão contém os resultados da pesquisa, discutindo e analisando os dados obtidos em cada organização e no plano geral. A seção de conclusão comenta os principais ensinamentos obtidos e aponta caminhos futuros para o avanço do conhecimento, por meio de novas pesquisas.

2. Referencial teórico

2.1 Da noção de crescimento econômico ao conceito do Desenvolvimento Sustentável

Ao retratar a cronologia do termo Desenvolvimento Sustentável, Mariano (2019) assinala que desde a década de 1960 pesquisadores de vários países mobilizam estudos sobre os limites do modo capitalista de desenvolvimento. Desde então, muitos desses estudos foram debatidos em encontros internacionais sobre meio ambiente e direitos humanos realizados pela Organização das Nações Unidas.

Um dos marcos históricos dessa discussão é o Relatório de Brundtland (1987), cujo título oficial é "Nosso futuro comum". O relatório apresentou de forma pioneira uma definição de Desenvolvimento Sustentável, no qual tal tipo de desenvolvimento teria que satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades. Esse relatório foi resultado do trabalho da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, de 1983, presidida pela então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland (Barbieri, 2019).

Apesar de ser um dos primeiros, este relatório foi precedido por outros trabalhos, como o intitulado "Os limites do crescimento", no qual foram apresentados resultados de simulações computacionais conduzidas por um grupo de pesquisadores do *Massachusetts Institute of Technology*. Esse estudo foi encomendado pelo "Clube de Roma", uma organização criada em 1968, com o objetivo de promover o crescimento econômico sem danos ao meio ambiente (Mariano, 2019). Segundo o autor, por meio de projeções sobre o crescimento populacional e o uso de energias não renováveis, o trabalho do Clube Roma já trazia informações alarmantes sobre o futuro do planeta, mas que não geraram grandes

repercussões.

Outro marco da discussão sobre o tema do Desenvolvimento Sustentável foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Eco-92, Rio-92 ou Cúpula da Terra. O evento contou com a participação de 172 países e produziu uma série de acordos e convenções, tais como a Agenda 21 e a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCC).

A partir das programações da Agenda 21 foram organizadas duas novas conferências internacionais após a Rio-92: a) Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10), realizada em Joanesburgo, África do Sul, em 2002; b) Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Natural (Rio+20), realizada novamente na cidade do Rio de Janeiro, em 2012. Apesar das expectativas favoráveis, Mariano (2019) destaca que os avanços obtidos por essas duas últimas conferências não foram tão decisivos para a temática do Desenvolvimento Sustentável quanto a Eco-92.

O UNFCC produziu um tratado internacional com objetivo de reduzir as emissões globais dos gases de efeito estufa. Para que esse tratado pudesse ser posto em prática, foi acordado que as partes signatárias iriam se reunir anualmente em um evento denominado Conferência das Partes (COP). Foi a partir da COP que surgiu, em 1997, o Protocolo de Quioto, um acordo que visava estabelecer metas de redução de emissão de CO₂ (Mariano, 2019).

Realizada em 2000, na sede das Nações Unidas em Nova York, a Cúpula do Milênio resultou na formulação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), gerando um documento guia que visava guiar a humanidade para um caminho em direção ao Desenvolvimento Sustentável. Para tanto, os representantes de 191 países deliberaram pela constituição de 8 objetivos e de 21 metas. Apesar dos inúmeros avanços alcançados por conta dos ODM, a sua profundidade, abrangência e equidade foram limitadas, pois o compromisso com os ODM foi muito variado de país para país. Mas esse modelo de construção de uma agenda global seria base para a formulação de novas políticas internacionais de desenvolvimento nos anos seguintes. Abaixo, segue um quadro resumo dos principais marcos da discussão do Desenvolvimento Sustentável no plano internacional até o início da década de 2010 (Tabela 1).

Tabela 1: Marcos históricos da agenda do Desenvolvimento Sustentável

Ano	Marco
1968	Clube de Roma
1972	Relatório "Limites do crescimento"

1983	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED)
1987	Relatório Brundtland "Nosso futuro comum"
1992	Eco-92, Agenda 21 e Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima
1995	Primeira COP, ocorrida em Berlim
1997	Protocolo de Quioto
2000	Cúpula do Milênio e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
2002	Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10)
2012	Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Natural (Rio+20)
2015	Acordo de Paris sobre as alterações climáticas
2015	Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Fonte: Farias, 2025.

Na 70ª Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada entre 25 e 27 de setembro de 2015, na sede da ONU em Nova York, lançou-se um novo desafio global. Batizado de Agenda 2030, ela consistiu na ampliação das metas e atualização dos prazos das agendas que haviam sido lançadas anteriormente pela ONU (Agenda 21 e Agenda do Milênio). A discussão em torno da construção dessa nova agenda foi protagonizada pelos países do chamado Sul global. Esses países se agruparam num movimento de insatisfação sobre o processo que levou a construção dos antigos ODM, alegando que eles tinham sido estabelecidos de forma vertical e impositiva pelos países do "Norte global" (Mariano, 2019).

Com o lema de "não deixar ninguém para trás", essa nova agenda traz em seus princípios a ideia de uma aliança planetária em busca de equidade internacional, justiça, combate à pobreza, preservação ambiental e desenvolvimento sustentável (Oliveira et al., 2021). Divididos em 5 grandes eixos, chamados de "os 5 Ps": Pessoas, Planeta, Parcerias, Paz e Prosperidade, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável foram concebidos com um grau muito mais elevado de objetividade e de formas de avaliação do que as agendas anteriores (Figura 1).

Figura 1 - Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030



Fonte: Comissão Econômica América Latina e Caribe (CEPAL), 2023.

Além dos 17 objetivos, o documento conta com 169 metas e 231 indicadores. Para que essas metas sejam viabilizadas, elas devem ser operadas em múltiplos níveis, que vão desde uma escala global até a territorial, sempre envolvendo a dimensão do Desenvolvimento Sustentável e respeitando as etapas cronológicas. Nesse sentido, a discussão da Agenda 2030 e dos ODS, associadas ao cooperativismo ganha um horizonte potencial no estabelecimento de vínculos e compromissos mais compatíveis das cooperativas em relação à sustentabilidade do território em que elas atuam (Silva; Búrigo, 2022).

De acordo com Torres et al. (2024), a atuação das cooperativas é totalmente concordante aos ODS previstos na Agenda 2030, principalmente os objetivos 2 e 8. Corroborando com essa visão, Silva e Búrigo (2022) discorrem que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) aprovou, em 1966, a Recomendação nº 127 que aborda “Papel das Cooperativas no Progresso Econômico e Social dos Países em Desenvolvimento”. Por essa Recomendação, deveriam ser criadas cooperativas como um meio para melhorar os serviços sociais em áreas como a habitação, a saúde, a educação e as comunicações. Além disso, ela insistia no papel governamental e no fomento e esforço para manter a autonomia das cooperativas.

No âmbito do ODS fome zero e agricultura sustentável, Torres et al. (2024) apontam a atuação das cooperativas rurais junto aos produtores no processo de transição ecológica dos sistemas produtivos, na formalização e inserção dos alimentos produzidos nos diversos canais formais de comercialização e na compra de insumos agrícolas a preços reduzidos pelo ganho de escala. Sobre o ODS trabalho decente e crescimento econômico, os autores citam a capacidade das cooperativas em oferecer empregos estáveis, promovendo igualdade de gênero e redução de desigualdades sociais por meio de sua democracia participativa, estímulo ao empreendedorismo e inovação que geram crescimento econômico sustentado e sustentável.

2.2 Cooperativas descentralizadas: um modelo inovador para o Desenvolvimento Sustentável e a promoção da agricultura familiar

Fruto da adaptação à realidade rural do sul do Brasil, com presença destacada de agricultores familiares, entre os anos 1990 e a primeira década do século XXI, surge muitas cooperativas que se estruturam de modo diferente dos modelos tradicionais. Uns dessas inovações, aqui denominadas de Cooperativas Descentralizadas da Agricultura Familiar, são divergentes em seu *modus operandi* perante as cooperativas ditas “tradicionais”, pois mantêm uma maior autonomia dos cooperados (Wilkinson, 2011).

As cooperativas descentralizadas retratam uma experiência cooperativista voltada à AF que foge ao padrão histórico de constituição de cooperativas agropecuárias no Brasil (Ghellere et al., 2014). O termo “cooperativa descentralizada” foi empregado pelos primeiros estudiosos do fenômeno na tentativa de caracterizar melhor e englobar outros termos correlatos que já eram utilizados, tais como Agroindústrias Familiares Cooperativas, Cooperativas da Agricultura Familiar e Cooperativas Virtuais (Estevam; Mior, 2014).

Para explicar melhor a questão, cabe descrever como é o funcionamento de uma cooperativa tradicional centralizada ou “por produto”. Conforme Ghellere et al. (2014), essas cooperativas atuam dentro de uma ou mais cadeias produtivas de produtos agropecuários (soja, milho, arroz, leite etc.) de forma separada. Dessa maneira, elas procedem com o armazenamento, processamento e comercialização das produções. Por fim, essas cooperativas possuem os seus ativos materiais instalados dentro de uma unidade central ou uma subsidiária de comando centralizado, via uma administração feita pela diretoria eleita e/ou gerentes contratados, geralmente com participação ativa dos cooperados apenas nas assembleias.

Opondo-se a esse modelo convencional, as CDAF atuam de forma a evitar os efeitos da centralização da gestão e do poder gerados ao se constituir uma cooperativa tradicional, contribuindo também para diversificação produtiva. Essa estratégia adotada pelos agricultores familiares vem do seu interesse em buscar fontes alternativas e mais seguras de renda.

Estudo pioneiro, realizado por Estevan et al. (2014) no território de abrangência da Associação de Municípios da Região Carbonífera (AMREC), teve como objeto de investigação 5 CDAF. Segundo a pesquisa, as CDAF surgiram nesse território com o intuito de formalizar a produção das pequenas agroindústrias e melhorar a venda de produtos orgânicos e agroecológicos, via circuitos curtos de comercialização. Algumas dessas cooperativas atuam em torno de produtos *in natura* e artesanais, já outras tem um caráter mais voltado para a agroindustrialização, formando redes de agroindústrias (Estevam et al., 2014).

Ainda segundo Estevam et al. (2014), o maior apelo para os processos de agroindustrialização que moldou o surgimento das CDAF no território deriva da crescente integração de dinâmicas de turismo com a oferta de produtos alimentícios, que se estruturam em feiras e outras formas de vendas diretas. O tipo de turismo que se fortaleceu nesses territórios, se baseou em atrativos ligados à natureza e nas formas históricas de ocupação do meio rural, gerou uma demanda por produtos típicos e de qualidade oriundos do meio rural e ligados à cultura local. Com isso, a venda casada de serviços de turismo e visitas às feiras e festas típicas se tornou prática recorrente e gerou uma série de externalidades positivas, como o aumento e a tecnificação da produção, e negativas, como a exclusão de produtores menos favorecidos.

Outro território de Santa Catarina em que as CDAF já foram estudadas é o Alto Uruguai. Fanz; Dalbello, 2014 indicam que foi nesse território onde, em 1998, surgiu a primeira CDAF do estado: a Cooperativa de Produção Agroindustrial Familiar de Concórdia (Copafac). Essa CDAF é fruto da ação coletiva realizadas por agricultores junto às feiras livres do município de Concórdia somado às iniciativas do projeto “Agroindústrias Associativas dos Agricultores Familiares do Oeste de Santa Catarina” (Pronaf Agroindústria), programa nacional do Ministério da Agricultura que foi executado pela Epagri.

Outros estudos percursores já foram realizados com CDAF do Oeste e Extremo Oeste Catarinense, apontando que essas organizações têm formas de atuação bem diversificada. Além de favorecer a venda de produtos vegetais e de origem animal, as CDAF nessas regiões favorecem os processos de transformação e beneficiamento dos produtos dos associados, geralmente efetuados por meio das suas próprias agroindústrias de pequeno porte. Para garantir as formas de agregação de valor dos produtos dos associados, as CDAF contribuem para a formalização das estratégias de venda e ampliação dos canais de comercialização (Kunzler; Badalotti, 2017; Silva et al., 2024).

Os estudos acima permitem inferir que as CDAF surgiram com o principal objetivo de criar uma rede de empreendimentos agroindustriais de pequeno porte e formalizar a produção, garantindo aumento de produtividade e de demanda para os cooperados. Posteriormente, passaram a atuar também para garantir maior acesso de seus associados às PPAA presentes em seus territórios de atuação. Segundo Fanz e Dalbello (2014), uma das principais contribuições dessas cooperativas para os agricultores foi a possibilidade, por meio do contrato de comodato, da contratação de funcionários para as pequenas agroindústrias pelo CNPJ da cooperativa, resguardando os benefícios de segurado especial dos produtores rurais junto ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

Diferentemente das cooperativas centralizadas, muitas CDAF utilizam os implementos e infraestrutura particular dos cooperados como seu principal ativo. Isso ocorre por meio de contrato de comodato, ou “cessão de uso”, quando os agricultores

associados repassam o controle jurídico dessas unidades à cooperativa. Para Estevam (2014) isso cria uma maior autonomia para os agricultores associados, que conseguem coordenar o processo de beneficiamento e processamento de diversos produtos (Mior et al., 2014). Portanto, uma das funções da CDAF é apoiar os associados em seus próprios negócios, fornecendo apoio técnico, logístico, jurídico e contábil e auxiliando no acesso à PPAA. Assim, ela pode ser constituída e mantida com baixo investimento em infraestrutura e patrimônio e ao mesmo tempo preservar uma gestão comercial descentralizada, aumentando a eficiência, a capacidade organizativa e a capilaridade das atividades (Estevam et al., 2014).

Segundo Estevam e colaboradores (2014), essas cooperativas possibilitam a comercialização de produtos em quatro principais canais de comercialização, sendo eles compras institucionais, comércio formal, feiras livres e na própria sede da cooperativa, possibilitando o contato direto com o consumidor. Apesar das diferenças, elas precisam seguir o mesmo regramento vigente na legislação normativa do cooperativismo, ao qual as cooperativas centralizadas também se inserem, como o número mínimo de 20 associados para a sua criação (Estevam et al., 2014).

As CDAF permitem que agricultores menos favorecidos saiam da informalidade, adentrem em novos mercados e resultem em maior renda para investir em novos meios de produção, melhorando a qualidade de vida de suas famílias (Busarello et al., 2014). Ainda segundo a autora, outra vantagem proferida pelas CDAF é a possibilidade de atuar na agroindustrialização dos produtos. Wilkinson (2014) aponta que o principal benefício das CDAF para alguns produtores é o de manter os direitos à aposentadoria especial a quem exerce atividade de processamento e transformação de insumos.

Farias (2025) apresenta uma compilação dos estudos existentes sobre encontrados nesse modelo organizacional e sintetiza suas características, por meio de atributos típicos. A tabela 2 sistematiza os atributos típicos presentes nas CDAF identificados pelo autor:

Tabela 2: Os atributos das Cooperativas Descentralizadas da Agricultura Familiar

Atributos	
1	Pequeno corpo de dirigentes e de funcionários;
2	Presença de contrato comodato entre a cooperativa e os cooperados;
3	Abrigo jurídico, preservando o direito previdenciário especial e auxílio no cumprimento às exigências sanitárias e ambientais e tributárias;
4	Administração da agroindústria nas mãos dos cooperados;
5	Necessidade de baixo investimento em infraestrutura e patrimônio;

6	Atuação em cadeias curtas de comercialização;
7	Acesso a mercados institucionais e outros canais de comercialização;
8	Sistema de governança mais horizontalizados, que privilegiam a autonomia dos cooperados;
9	Gestão descentralizada, que reduz a burocracia e emprega formas mais rápidas para tomada de decisão;
10	Oferecimento de assistência técnica e cadastro no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF);
11	Independentes, sem filiação a entidades de representação do cooperativismo;
12	Presença de sede própria;
13	Permite a comercialização de uma gama diversificada de produtos da AF;
14	Parcerias com órgãos governamentais.

Fonte: Farias, 2025

Condutas relacionadas ao Desenvolvimento Sustentável têm íntima relação com as CDAF, pois os indivíduos em cooperação podem atuar como efetivos agentes de desenvolvimento em um território (Búrigo, 2007), especialmente porque elas contam com ampla representatividade social da sociedade e relevantes conhecimentos sobre o local onde vivem e trabalham (Búrigo; Rover; Ferreira, 2021). A convergência entre o cooperativismo e o desenvolvimento sustentável ocorre a partir do momento no qual “o cooperativismo faz emergir democraticamente processos de desenvolvimento local, que ao integrar nos respectivos territórios, possibilitam a construção de um novo padrão de desenvolvimento, mais humano e solidário” (Ignácio; Souza, 2008, p. 60).

3. Metodologia

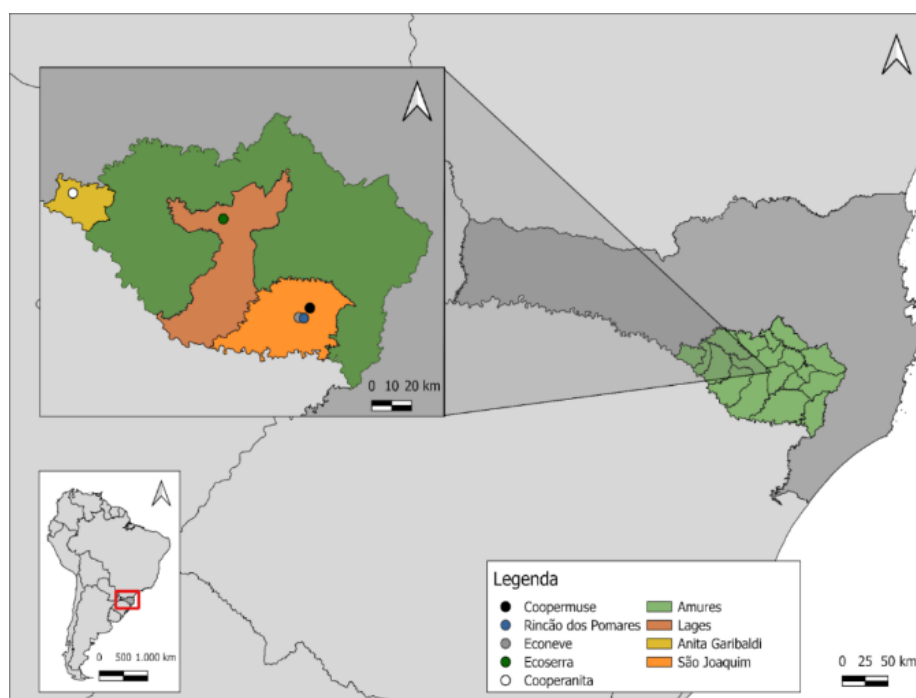
3.1 Objeto de estudo, método e desenvolvimento da pesquisa

De natureza qualitativa, esta pesquisa teve como objeto de estudo as CDAF do território da Serra Catarinense. A delimitação do objeto contemplou a região do planalto sul do estado de Santa Catarina, seguindo a área de abrangência adotada pela Associação de Municípios da Serra Catarinense (Amures). Esse território é composto por 18 municípios, a saber: Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Cerro Negro, Correia Pinto, Lages, Otacílio Costa, Painel, Palmeira, Ponte Alta, Rio Rufino, São Joaquim, São José do Cerrito, Urubici e Urupema (ver Figura 2).

Dados da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (Ocesc) apontam a presença de 10 cooperativas agropecuárias na região serrana do estado (Ocesc,

2025). Sabe-se que além das registradas à Ocesc, existem outras cooperativas independentes na região, cujo número total não está disponível nos sites especializados. Devido as características das CADF e a disponibilidade de informações coletadas em pesquisas anteriores do Lemate, a amostra deste estudo foi delimitada a cinco CDAF existentes na Serra Catarinense. As cinco cooperativas pesquisadas possuem sua sede ou estruturas dentro da área da Amures (Figura 2). São elas: 1) Cooperativa Agroindustrial da Mulher Serrana (**Coopermuse**), com sede no município de São Joaquim - Agroindústria de derivados vegetais; 2) Cooperativa ecológica de agricultores, artesãos e consumidores da região serrana (**Ecoserra**), localizada em Lages - Comércio e consumo de orgânicos e agroecológicos; 3) Cooperativa Ecológica de São Joaquim (**Econeve**), sediada no município de São Joaquim - Comércio de produtos orgânicos e agroecológicos; 4) Cooperativa dos Agricultores Familiares de São Joaquim e Região Serrana (**Rincão dos Pomares**), com galpão alugado em São Joaquim - Comércio atacadista e varejo de frutas e verduras; e 5) Cooperativa Agropecuária dos Agricultores Familiares de Anita Garibaldi e Região dos Lagos (**Cooperanita**), operante em Anita Garibaldi - Produção e comércio de hortifrutigranjeiros.

Figura 2 - Mapa de localização geográfica das sedes das CDAF estudadas



Fonte: Farias, 2025.

A pesquisa de campo foi dividida em duas etapas. A primeira, de caráter exploratório, serviu para se conhecer as organizações cooperativas do território, estabelecer contatos e formatar o escopo necessário para a realização da segunda etapa. A primeira etapa foi realizada em setembro de 2023, no município de Lages e consistiu na participação em um encontro com lideranças territoriais. Esse momento serviu para delimitar e identificar

cinco organizações que seriam estudadas, como também para preparar a segunda etapa as visitas subsequentes e entrevistas. A segunda etapa teve como objetivo coletar dados primários, visitar as cooperativas selecionadas e realizar entrevistas. As entrevistas foram direcionadas para um dirigente por cooperativa, pois se buscava uma pessoa capaz de analisar de forma sistêmica a história, os principais entraves, as ações e o posicionamento da CDAF.

As cinco entrevistas foram realizadas em outubro de 2023 nos municípios de Anita Garibaldi, São Joaquim e Lages, na sede da cooperativa (quando existia) ou dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar (Sintraf). Cada arguição durou cerca de três horas, utilizando como instrumento norteador um roteiro de entrevistas pré-concebido, que consistia em questões informativas e institucionais, perguntas sobre os produtos produzidos, as redes de relações e perguntas oriundas do Quadro das metas aglutinadas ODS 2 e 8. O áudio completo foi gravado com aplicativo de celular e as gravações das entrevistas foram transcritas e digitalizadas. Nesta etapa também foram coletados dados primários das organizações pesquisadas. A análise soma, portanto, o resultado da transcrição das entrevistas, compilações das informações primárias, impressões coletadas em diário de campo e revisão de bibliografia científica e jornalística. Todos os dados obtidos e os depoimentos colhidos foram utilizados neste trabalho mediante concordância das organizações e dos entrevistados.

3.2 Instrumento de análise: quadro das metas aglutinadas dos ODS 2 e 8

Para aprofundar o conhecimento sobre a atuação das cooperativas analisadas perante o Desenvolvimento Sustentável, foi criado um instrumento de análise baseado nas metas dos ODS. Esses objetivos estão divididos em 17 itens, cada um contendo uma série de metas e indicadores. Pela varredura de todos os ODS e metas referidas, observou-se que, por conta da atuação das CDAF, os objetivos mais contemplados com suas ações são o ODS 2 (fome zero e agricultura sustentável) e o ODS 8 (trabalho decente e crescimento econômico). Dentro desses objetivos, apenas as metas .1, .2, .3, .4, .5 e .6, de cada um estão relacionadas com o papel das cooperativas e sua atuação na sociedade (Tabela 3 e 4). Por conta disso, foi realizado um aglutinamento das metas semelhantes (coluna 2 de ambos os quadros), criando tópicos que foram base para rodadas de perguntas no roteiro de entrevistas. Com esse instrumento de análise, foi possível avaliar a capacidade e a forma como cada CDAF atinge (ou não) as metas dos ODS 2 e 8.

Tabela 3 – Metas aglutinadas abordadas no roteiro para o ODS 2

Metas ODS 2 relacionadas com atuação das CDAF	Metas aglutinadas que possuem relações com as CDAF
---	--

2.1 Erradicar a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças e idosos, a alimentos seguros, culturalmente adequados, saudáveis e suficientes durante todo o ano

2.2 Erradicar as formas de má-nutrição relacionadas à desnutrição, reduzir as formas de má-nutrição relacionadas ao sobrepeso ou à obesidade, prevendo o alcance até 2025 das metas acordadas internacionalmente sobre desnutrição crônica e desnutrição aguda em crianças menores de cinco anos de idade, e garantir a segurança alimentar e nutricional de meninas adolescentes, mulheres grávidas e lactantes, pessoas idosas e povos e comunidades tradicionais.

2.3 Aumentar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente de mulheres, agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, visando tanto à produção de autoconsumo e garantia da reprodução social dessas populações quanto ao seu desenvolvimento socioeconômico, por meio do acesso seguro e equitativo: *i*) à terra e aos territórios tradicionalmente ocupados; *ii*) à assistência técnica e extensão rural, respeitando-se as práticas e saberes culturalmente transmitidos; *iii*) a linhas de crédito específicas; *iv*) aos mercados locais e institucionais, inclusive políticas de compra pública; *v*) ao estímulo ao associativismo e cooperativismo; e *vi*) a oportunidades de agregação de valor e emprego não-agrícola.

2.4 Garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos, por meio de políticas de pesquisa, de assistência técnica e extensão rural, entre outras, visando implementar práticas agrícolas resilientes que aumentem a produção e a produtividade e, ao mesmo tempo, ajudem a proteger, recuperar e conservar os serviços ecossistêmicos, fortalecendo a capacidade de adaptação às mudanças do clima, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, melhorando progressivamente a qualidade da terra, do solo, da água e do ar.

Meta 2.1 e 2.2 - Fornecimento de alimentos nutritivos e suficientes para os mais vulneráveis e crianças.

Meta 2.3 e 2.4 – Aumento da produtividade da AF, dos processos de agregação de valor e do aumento da agricultura sustentável.

2.5 Garantir a conservação da diversidade genética de espécies nativas e domesticadas de plantas, animais e microrganismos importantes para a alimentação e agricultura, adotando estratégias de conservação *ex situ*, *in situ* e *on farm*, incluindo bancos de germoplasma, casas ou bancos comunitários de sementes e núcleos de criação e outras formas de conservação adequadamente geridos em nível local, regional e internacional.

Meta 2.5 e 2.6 - Produção de espécies nativas da flora e fauna, aumento da assistência técnica e cultivo de sementes crioulas.

2.6 Aumentar o investimento, inclusive por meio do reforço da cooperação internacional, em infraestrutura, pesquisa e assistência técnica e extensão rural, no desenvolvimento de tecnologias e no estoque e disponibilização de recursos genéticos de plantas, animais e microrganismos, incluindo variedades crioulas e parentes silvestres, de maneira a aumentar a capacidade de produção agrícola ambientalmente sustentável, priorizando povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares, pequenos e médios produtores, adaptando novas tecnologias aos sistemas de produção tradicional e considerando as diferenças regionais e socioculturais.

2.7 Corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, inclusive por meio da eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Rodada de Desenvolvimento de Doha e atendendo, em nível nacional, ao princípio da soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional.

2.8 Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de alimentos e seus derivados, facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, promover o fortalecimento de políticas públicas de estoque e abastecimento, incluindo investimento em logística e distribuição, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos e garantir, em nível nacional, a soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional.

Fonte: Farias, 2025.

Tabela 4 - Metas aglutinadas abordadas no roteiro para o ODS 8

Metas ODS 8	Metas aglutinadas que possuem relações com as CDAF
<p>8.1 Registrar um crescimento econômico per capita anual médio de 1,6% entre 2016 e 2018; e de 2,55% entre 2019 e 2030.</p> <p>8.2 Atingir níveis mais elevados de produtividade, por meio da diversificação e com agregação de valor, modernização tecnológica, inovação, gestão, e qualificação do trabalhador; com foco em setores intensivos em mão-de-obra.</p>	<p>Meta 8.1 e 8.2 - Contribuir com o aumento da produtividade das atividades econômicas, inserindo os cooperados em setores de agregação de valor.</p>
<p>8.3 Promover o desenvolvimento com a geração de trabalho digno; a formalização; o crescimento das micro, pequenas e médias empresas; o empreendedorismo e a inovação.</p>	<p>Meta 8.3 - Incentivo ao empreendedorismo, inovação e formalização.</p>
<p>8.4 Ampliar a eficiência da utilização de recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS).</p>	<p>Meta 8.4 - Dissociar o crescimento econômico com a degradação ambiental, aumentando a eficiência dos sistemas produtivos.</p>
<p>8.5 Até 2030, reduzir em 40% a taxa de desemprego e outras formas de subutilização da força de trabalho, garantindo o trabalho digno, com ênfase na igualdade de remuneração para trabalho de igual valor.</p> <p>8.6 Alcançar uma redução de 3 pontos percentuais até 2020 e de 10 pontos percentuais até 2030 na proporção de jovens que não estejam ocupados, nem estudando ou em formação profissional.</p>	<p>Meta 8.5 e 8.6 - Agir em prol da criação de empregos, de valor equivalente para todos e inserindo jovens nas dinâmicas de produção, formação e educação.</p>
<p>8.7 Até 2025 erradicar o trabalho em condições análogas às de escravo, o tráfico de pessoas e o trabalho infantil, principalmente nas suas piores formas.</p> <p>8.8 Reduzir o grau de descumprimento da legislação trabalhista, no que diz respeito ao registro, às condições de trabalho, às normas de saúde e segurança no trabalho, com ênfase nos trabalhadores em situação de vulnerabilidade.</p>	

8.9 Até 2030, conceber e implementar políticas para promover o turismo sustentável e responsável, acessível a todos; e que gere emprego e trabalho digno, melhore a distribuição de renda e promova a cultura e os produtos locais.

8.10 Expandir de forma sustentável o acesso aos serviços bancários e financeiros para todos.

8.11 Não aplicável ao Brasil.

8.12 Até 2020, desenvolver e operacionalizar um plano nacional de promoção de trabalho digno para juventude, tendo como marcos referenciais: i) a Agenda Nacional de Trabalho Decente para a juventude; ii) o Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente; e iii) o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Fonte: Farias, 2025.

4. Resultados e Discussão

A tabela 5 traz um resumo sobre as principais características das CDAF estudadas.

Tabela 5 – Principais características das CDAF pesquisadas

Cooperativa	Municípios de abrangência (Nº)	Ano de criação	Nº Sócios	Público	Serviços ofertados	Canais de comercialização (em ordem decrescente de importância)
Cooperanita	Anita Garibaldi, Abdon Batista, Cerro Negro, Campo Belo, Capão Alto, Celso Ramos e Pinhal da Serra (7)	2010	240	Agricultor e agroindústria familiar	Organização da produção, comercialização e assistência aos produtores agroecológicos e convencionais	PAA, PNAE e trocas com outras cooperativas
Rincão dos Pomares	São Joaquim, Urupema, Bom Jardim da Serra e Urubici (4)	2010	45	Agricultor e agroindústria familiar	Comercialização, armazenamento e transporte	PAA, PNAE, trocas com outras cooperativas, agroindústrias e venda direta

Econeve	São Joaquim, Urupema e Bom Jardim da Serra (3)	2002	25	Produtor agroecológico e orgânico	Organização dos produtores na rede Ecovida, no PNAE e PAA e assistência aos produtores agroecológicos	Atualmente não comercializa produtos
Coopermuse	São Joaquim, Bom Jardim da Serra e Urubici (3)	2010	24	Mulheres ligadas ao campo	Capacitação, comercialização, apoio à inovação	Feiras, comércio local e venda direta
Ecoserra	14 dos 18 municípios da Amures, mais: Garopaba, Antônio Carlos, Pescaria Brava, Angelina, Leoberto Leal, Curitibanos, Campos Novos, Alfredo Wagner, Celso Ramos, Florianópolis, Blumenau, Rio do Sul (26)	1999	187	Produtor agroecológico e orgânico, consumidores e artesãos	Comercialização, capacitação, armazenamento, transporte, beneficiamento	PNAE, PAA, troca com outras cooperativas, comércio, ponto de venda na sede, feiras e eventos

Fonte: Farias, 2025.

As entrevistas e coleta de dados primários permitiram conhecer também outras características das CDAF pesquisadas. A primeira é que todas as organizações contam com dirigentes oriundos da agricultura familiar, alguns deles mantendo suas atividades de produção. Outra questão observada é o estado geral de funcionamento e rentabilidade da cooperativa. Algumas delas contam com um crescimento do número de associados, enquanto outras estão perdendo quadros, colocando em risco sua existência como organizações e sua capacidade competitiva no mercado. Por fim, todas são cooperativas de pequeno a médio porte, tendo sua principal área de atuação o próprio território da Serra Catarinense, o que fortalece sua atuação perante os ODS 2 e 8.

4.1 A Análise sobre o ODS 2

A tabela 6 apresenta dados referente às metas formuladas e aglutinadas do ODS 2 (Fome zero e agricultura sustentável).

Tabela 6 - Cumprimento das metas do ODS 2 pelas CDAF da Serra Catarinense

Cooperativa	A cooperativa oferece alimentos	A cooperativa contribui com o aumento da produtividade e dos	Os cooperados produzem espécies nativas ou
-------------	---------------------------------	--	--

	nutritivos e em quantidade para vulneráveis e crianças?	processos de agregação de valor, aumentando a renda das famílias e da agricultura sustentável?	naturalizadas da flora e fauna, sementes crioulas e recebem assistência técnica e incentivo da cooperativa?
Cooperanita	Sim - PAA e PNAE	Sim - incentivo a produção de geleia, beneficiamento de grãos e alimentos orgânicos etc	Sim – milho, feijão crioulo e pinhão
Rincão dos Pomares	Sim - PAA e PNAE, doações para hospital e APAE	Sim, via parcerias com a Epagri e da promoção da produção de maçã orgânica	Sim. Pinhão
Econeve	Sim - PAA e PNAE	Sim, produção orgânica	Não
Coopermuse	Não	Sim, inovação, agregação de valor, sustentabilidade e renda	Não
Ecoserra	Sim - PAA, PNAE, Doações	Sim - Objetivo principal da cooperativa no estatuto	Sim - Sementes crioulas e pinhão

Fonte: Farias, 2025.

Ao serem perguntadas sobre as metas 2.1 e 2.2, todas os dirigentes, com exceção da Coopermuse, afirmaram que os associados produzem alimentos em quantidade e qualidade para setores vulneráveis da sociedade via PPAA. Por meio das CDAF esses alimentos são destinados à merenda escolar e para abastecer cozinhas de outros entes públicos, como hospitais e quartéis. A falta desse tipo de comercialização na Coopermuse ocorre devido à ausência de cadastro da cooperativa no Cadastro da Agricultura Familiar (CAF), um item obrigatório para se acessar esse canal de comercialização. Além de atender a políticas públicas, as cooperativas Rincão dos Pomares e Ecoserra realizam doações, a primeira para o hospital e para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae), e a segunda para Apae, aldeias indígenas, atingidos por catástrofes climáticas etc. Muitos dos produtos disponibilizados na merenda e em doações são orgânicos ou agroecológicos.

Em relação ao aumento da renda e da sustentabilidade das famílias por meio da agregação de valor e aumento da produtividade, todas as cooperativas relataram o cumprimento da meta, afirmando que elas auxiliam o agricultor a se capacitar e se inserir no mercado. Todas as cooperativas, com exceção da Coopermuse, relataram a importância da produção orgânica nesse processo, mostrando que a certificação pode atrair até quem pensa “somente em dinheiro”, uma contradição no discurso e na prática sobre a sustentabilidade. É o que diz um dirigente:

A maioria pensa em ganhar dinheiro, mas dá trabalho, nem todo mundo se adapta. Tem que cuidar mais, usar produto natural que é bem caro... Tem que gostar.. Mas tem gente que também pensa pelo lado da saúde, assim, da família. Porque no início da nossa cooperativa, a gente fazia cursos (...) para colocar na cabeça do pessoal que não era a questão tanto de ganhar dinheiro, mas a questão ambiental, né? Da saúde em geral, né? (...) Mas hoje, o pessoal que está entrando [na produção orgânica certificada] é mais pensando no dinheiro mesmo... (Entrevistado 2)

Isso demonstra que, apesar do cunho social e ambiental por trás da produção agroecológica e orgânica, a rentabilidade desses sistemas de produção é peça importante na adesão de agricultores às práticas sustentáveis. Porém, esse tipo de dinâmica também pode acarretar na “transição ecológica inversa”, pela qual produtores voltam ao sistema convencional quando o sistema agroecológico não gera o retorno econômico esperado.

Ainda sobre o mesmo conjunto de metas, todas as CDAF, com exceção da Econeve, relataram o incentivo à agroindustrialização. Com isso, Ecoserra, Coopermuse e Rincão dos Pomares realizam a venda de diversos produtos processados. Ao encontro desse movimento, a Cooperanita relatou estar com projetos piloto que irão dispor de geleias artesanais e de embutidos de carne para atender as PPAA e a venda direta.

Sobre a produção de plantas e animais nativos, sementes crioulas e recebimento de assistência técnica voltada para esses produtos, dois dirigentes responderam negativamente. A Econeve informou que no momento atua apenas com a maçã e que não realiza mais vendas por meio do CNPJ da cooperativa. Sua atividade é auxiliar na organização dos produtores orgânicos de maçã do município, o que faz a organização assumir um papel similar a uma “associação”.

Algo diferente ocorre com a Coopermuse, na qual há um incentivo para algumas cooperadas fabricarem suas linhas de geleia que utilizam goiaba serrana (uma mirtácea nativa da Serra Catarinense), mesmo que esse projeto não seja realizado pela cooperativa. Por outro lado, outras três CDAF responderam positivamente sobre a produção de espécies nativas e sementes crioulas. A Cooperanita, a Ecoserra e a Rincão do Pomares vendem pinhão, uma semente oriunda do pinheiro *Araucaria angustifolia* e típico na culinária serrana. Cooperanita e Ecoserra comercializam produtos à base de milho crioulo. Além disso, Ecoserra comercializa produtos processados de goiaba serrana.

Sobre a assistência técnica, nenhuma CDAF afirmou oferecê-la, mas nas entrevistas foi observada a formação de uma rede informal de assistência entre os agricultores, pela qual os mais experientes auxiliavam os que estavam iniciando determinadas atividades. Vale ressaltar que a Cooperanita e a Rincão do Pomares citaram que comercializam produtos derivados de animais, porém com nenhum projeto voltado à valorização de espécies nativas ou naturalizadas² da fauna, como gado da raça crioulo lageano ou a truta.

4.2 A Análise sobre o ODS 8

²O termo “espécies naturalizadas” refere-se àquelas que são introduzidas de forma exótica e, com o tempo adaptam-se às condições bióticas e abióticas de certa região, tornando-se parte integrante e integrada do ecossistema ou da produção agropecuária local (Fernandes et al., 2015).

O Tabela 7 apresenta dados referente as metas formuladas e aglutinadas do ODS 8 (Trabalho decente e crescimento econômico).

Tabela 7 - Cumprimento das metas do ODS 8 pelas CDAF da Serra Catarinense

Cooperativa	A cooperativa contribui com o aumento da produtividade, promovendo agregação de valor?	A organização incentiva o empreendedorismo, a inovação e a formalização?	A cooperativa auxilia na melhoria da eficiência produtiva, reduzindo ou revertendo os danos ambientais ao aumentar a renda?	A cooperativa age em prol da criação de empregos igualitários (gênero e raça), inserindo os jovens nas dinâmicas de produção, formação e educação
Cooperanita	Sim, geleias e projeto da carne bovina	Sim, os agricultores e produtos são certificados	Sim, agroecologia e produção orgânica	Sim, esforço na inclusão dos jovens nas dinâmicas produtivas
Rincão dos Pomares	Sim, incentivo à agroindustrialização	Sim, projetos com agroindustrialização de amora, morango, mel e queijo	Sim, iniciativas de produção orgânica, agroecológica	Sim, capacitação de mulheres para serem dirigentes; incentivo aos jovens em participar de cursos
Econeve	Sim, aumento produtivo e uso de selo orgânico	Não	Sim, agroecologia e produção orgânica	Não
Coopermuse	Sim, central no objetivo e atividades da cooperativa	Sim, a cooperativa capacita suas cooperadas em empreendedorismo	Sim, sustentabilidade, lixo zero e energia solar através de projetos com a Fapesc	Sim, identificação com a pauta da soberania e liberdade da mulher, com inclusão prioritária das jovens
Ecoserra	Sim, forte trabalho de acompanhamento e agroindustrialização	Sim, todos os agricultores são certificados e incentivados a processar produtos na cooperativa	Sim, lixo zero; checagem de questões ambientais e de uso de recursos hídricos pelos cooperados	Sim, incluem os produtores caboclos, indígenas, quilombolas, mulheres, jovens como prioridade

Fonte: Farias, 2025.

Sobre as questões de produtividade e processos de agregação de valor, todas as CDAF, com exceção da Econeve, atuam nesses processos, viabilizados desde pequenos projetos de produção de geleia, presentes na Cooperanita, até por processamentos que representam 100% dos produtos fabricados, como é o caso da Coopermuse. O aumento de produtividade e dos ganhos foi mencionado em todas as entrevistas, muito por conta da existência da rede de cooperação técnica solidária existente dentro das cooperativas (já

citada). Nesse ponto, a cooperativa Ecoserra possui um destaque, por conta da realização de encontros e reuniões voltados à capacitação de seus cooperados nos processos de agroindustrialização, acesso a canais de comercialização e sobre os condicionantes envolvidos na produção agroecológica.

Fato crucial para o acesso às políticas públicas de aquisição de alimentos, a formalização é etapa necessária para o cooperado participar ativamente da cooperativa, fato observado em todas as cooperativas estudadas. Ou seja, a CDAF pode ser facilitadora da formalização de uma inovação ou de iniciativas empreendedoras de seus cooperados. Os projetos empreendedores estão presentes em todas as CDAF, com exceção da Econeve que trabalhava apenas com produtos orgânicos *in natura*. As iniciativas vão desde a promoção de processamentos simples como geleias, sucos e mel, até a busca de produtos que necessitam de agroindústrias e equipamentos mais específicos, como é o caso dos processamentos de maçã efetuados pela CooperMuse, realizados em máquinas modernas.

A certificação dos produtos orgânicos é outra maneira de formalização que as CDAF atuam ativamente. Durante as entrevistas, os dirigentes das cooperativas informaram que existe uma rede de apoio que presta auxílio na capacitação dos agricultores que realizam a transição para o sistema orgânico. Em algumas cooperativas os próprios dirigentes, por conta da experiência e da disponibilidade de veículo e diárias, realizam a tarefa de "assistência técnica informal".

A CDAF é uma organização que, para alcançar sucesso no território, deve promover uma alternativa que gere ganhos econômicos para os agricultores diante do mercado convencional. O cumprimento dessa questão foi mencionado por todas as cooperativas, diante da quantidade de recursos disponíveis nos editais de compras públicas e o valor de mercado dos produtos orgânicos. Ao promover ações de agroindustrialização, as CDAF também promovem agregação de valor e aumento da renda potencial da AF. Porém, para promover o Desenvolvimento Sustentável, essas conquistas econômicas não podem estar desatreladas das melhorias na esfera ambiental.

Perante o exposto, todas as CDAF analisadas atuam de alguma forma em ações voltadas à sustentabilidade. Nas respostas dos dirigentes sobre o assunto, foram observadas medidas voltadas à produção orgânica, agroecológica e de uso mínimo de insumos sintéticos, essa última destacada por todas as cooperativas analisadas. Além disso, houve respostas relacionadas às atividades internas não vinculadas da produção agrícola, como no caso da CooperMuse e Ecoserra, que possuem políticas que promovem redução no uso de insumos, uso de painéis solares para geração de energia, reciclagem e captação da água das chuvas. Todos os equipamentos e tecnologias utilizadas nas ações dessas duas cooperativas foram financiados com projetos de fundações e políticas públicas.

Por fim, sobre a última coluna da tabela 7, a maioria dos dirigentes, com exceção da Econeve, relatou que a cooperativa faz esforços para a inclusão dos jovens na participação ativa. Essa inclusão é feita por incentivos, reuniões e oportunidades direcionadas especialmente para os jovens cooperados, na busca do engajamento deles em diversas frentes, como participação em feiras, produção de novos produtos, envolvimento no corpo dirigente da CDAF etc.

A pauta dos jovens também está diretamente ligada à inclusão das mulheres. Dentro dessa perspectiva, a Rincão dos Pomares, Coopermuse e Ecoserra foram as que relataram terem ações específicas. Uma das CDAF (Rincão dos Pomares) tem um projeto que busca atacar o desequilíbrio existente no número de cooperados e cooperadas, planejando também formar uma agricultora para assumir a direção da cooperativa. Já a Coopermuse é uma CDAF constituída exclusivamente por mulheres, trabalhando com o ganho de independência financeira e soberania feminina no meio rural. A Ecoserra além de fazer formações específicas com as mulheres, possui diversos trabalhos com comunidades tradicionais.

5. Conclusão

Criada para avançar na redução de desigualdades da sociedade e promover a sustentabilidade, a Agenda 2030 enfrenta diversos desafios para alcançar suas metas em sua plenitude. Em busca de mais atores capazes de realizar tais metas, a ONU proclama 2025 como o ano internacional do cooperativismo. A promoção desse modelo de organização, atrelado a preceitos como cooperação entre cooperativas e interesse pela comunidade (itens que se referem aos princípios 6 e 7 do cooperativismo, respectivamente) contribui para a redução da desigualdade, preservação da natureza e o bem-estar social.

Um modelo cooperativo capaz de atuar em espaços e com públicos situados em territórios desfavorecidos, geralmente longe dos grandes centros urbanos e dos polos econômicos, pode alcançar populações marginalizadas e em desvantagem social. Assim se apresentam as CDAF, organizações capilares, descentralizadas, versáteis e de baixo custo operacional. Com elas, agricultores familiares podem acessar as PPAA, canais de comercialização essenciais para agricultores e consumidores com menor poder aquisitivo. Além disso, auxiliam na agroindustrialização, permitem o uso de beneficiadoras via contratos de comodato e podem fornecer rótulo e embalagem para os produtos.

Cabe aqui fazer uma menção a importância das PPAA, em especial o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), para a existência das CDAF. A literatura indicou que provavelmente muitas CDAF não teriam se tornado relevantes como fenômeno social sem a presença do aporte do Estado. As PPAA fomentaram a formação e consolidação dessas cooperativas, e com isso abriu-se oportunidades que transbordaram as próprias PPAA. Elas geraram externalidades positivas,

quando fazem mais agricultores familiares acreditarem e adotarem na ação coletiva como caminho seguro para comercializar, se especializar, negociar preços, gerir feiras e formalizar o beneficiamento de seus produtos.

Em relação ao objetivo do artigo, o estudo coloca as CDAF em foco como possíveis agentes promotoras do Desenvolvimento Sustentável, capazes de atuar perante os preceitos contidos na Agenda 2030. Diante disso, sua principal contribuição é a produção de alimentos de qualidade para amplo público, muitas vezes carente. Sua atuação na produção de alimentos insere populações marginalizadas a novas dinâmicas econômicas e alça maior capacidade produtiva, ou seja, em ações plenamente alinhadas aos ODS 2 e 8. Além disso, promovem medidas para inserção dos jovens como agricultores e cooperados, têm uma forte atuação na agroindustrialização e valorização de produtos típicos oriundos de espécies nativas e geram condições de trabalho dignas para os territórios rurais.

Todas as CDAF analisadas cumpriram mais da metade das metas destacadas, algumas alcançando atuação em sua totalidade. Apesar disso, alguns entraves se apresentam para algumas CDAF em atuar perante os ODS. Um dos principais problemas é o momento infortúnio vivido pela cooperativa Econeve, que se encontra perdendo associados e deixando de comercializar produtos via seu CNPJ. Isso acarreta em uma maior incapacidade de atuação perante seus objetivos próprios, e em consequência, pelas metas dos ODS 2 e 8. Diferentemente desse caso, a CooperMuse está em trâmites para se cadastrar no CAF, o que poderá alterar a capacidade de atuação da CDAF nessas metas, atingindo a sua totalidade.

Em suma, as CDAF da Serra Catarinense podem ser colocadas como cooperativas capazes de auxiliar na implementação da Agenda 2030 e disseminá-la junto a populações mais distantes dos centros urbanos, democratizando as medidas. Com isso, esse modelo de cooperação deve ser mais bem estudado e incentivado pelo poder público, uma forma de promoção da organização da AF nos municípios pequenos e interioranos.

Como indicações para futuros estudos no tema, coloca-se a necessidade de levantamento das formas como as CDAF podem atuar na implementação dos demais ODS. Além disso, novos estudos quantitativos também são vitais para entender a magnitude econômica dessas organizações e melhor caracterizar as diferenças regionais. Essa medida poderia ser incorporada em novos sistemas de acompanhamento ao desenvolvimento do cooperativismo nacional, por meio da renovação de sua legislação. As diferentes inovações que estão surgindo no cooperativismo brasileiro, como as CDAF, precisam contar com o apoio de um marco legal atualizado – a lei geral que rege o cooperativismo no Brasil é de 1971. Essas transformações permitiriam que a condução das políticas públicas na ótica do Desenvolvimento Sustentável fosse mais eficaz.

Referências bibliográficas:

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec/Anpocs/EdUnicamp, 1992.

BARBIERI, J. C.; PECQUEUR, B. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. São Paulo: Saraiva, 2007.

BÚRIGO, F. L. **Cooperativa de crédito rural: agente de desenvolvimento local ou banco comercial de pequeno porte?** Chapecó: Argos, 2007.

BÚRIGO, F. L.; ROVER, O. J.; FERREIRA, R. G. Habilidades e práticas para a cooperação no desenvolvimento rural. In: BÚRIGO, F. L.; ROVER, O. J. FERREIRA, R. G. **Cooperação e Desenvolvimento Rural: olhares sul americanos**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2021.

BUSARELLO, C. S. et al. Cooperativas Descentralizadas e empreendedorismo individual: duas alternativas à informalidade. In: ESTEVAM, D. O. MIOR, L. C. (org.). **Inovações na Agricultura Familiar: As Cooperativas Descentralizadas em Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 2014.

CAZELLA, A. A.; PAULA, L. G. N.; MEDEIROS, M.; TURNES, V. A. A construção de um território de desenvolvimento rural: recursos e ativos territoriais específicos. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 24, nº 3, p. 49-74, 2019.

ELIAS, L. P. CUNHA, L. M. L. TAVARES ELIAS, H. BELIK, W. **As transformações da agricultura catarinense entre 1996 e 2017: evidências a partir da análise de componentes principais**. 57º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), Ilhéus, Bahia, Brasil, 2019.

ESTEVAM, D. O. MIOR, L. C. (org.). **Inovações na agricultura familiar: as cooperativas descentralizadas em Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 2014.

ESTEVAM, D. O. MIOR, L. C. Introdução. In: ESTEVAM, D. O. MIOR, L. C. (org.). **Inovações na Agricultura Familiar: As Cooperativas Descentralizadas em Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 2014.

FARIAS, N. W. **Cooperativas descentralizadas da agricultura familiar: um estudo das contribuições voltadas para o desenvolvimento territorial sustentável da serra catarinense**. 143 f. Dissertação (Mestrado) – Pós-graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2025.

FRANZ, D.; DALBELLO, O. A trajetória de construção das cooperativas descentralizadas no Alto Uruguai Catarinense. In: ESTEVAM, D. O. MIOR, L. C. (Org.). **Inovações na agricultura familiar: as cooperativas descentralizadas em Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 2014, p. 55-69

GHELLERE, R., FIALHO, M. A. V., MIOR, L. C. A nova geração de cooperativas da Agricultura Familiar. In: ESTEVAM, D. O. MIOR, L. C. (org.). **Inovações na Agricultura Familiar: As Cooperativas Descentralizadas em Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 2014.

IGNÁCIO, O. M. C.; SOUZA, E. M. S. Gestão estratégica aplicada ao cooperativismo solidário: uma alternativa de fortalecimento para os agricultores familiares. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v.4, n. 4, p. 54-79, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário de 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

MARIANO, E. B. **Progresso e Desenvolvimento Humano: Teorias e indicadores de riqueza, qualidade de vida, felicidade e desigualdade**. Rio de Janeiro: AltaBooks, 2019.

MIOR, L. C., FERRARI, D. L, MARCONDES, T., REITER, J. M. W., MONDARDO, M. Inovações organizacionais da agricultura familiar no Sul catarinense. In: ESTEVAM, D. O. MIOR, L. C. (org.). **Inovações na Agricultura Familiar: As Cooperativas Descentralizadas em Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 2014.

MOVIMENTO NACIONAL ODS. **Os ODS**. 2022. Disponível em: <https://movimentoods.org.br/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

NAMORADO, R. **O mistério do cooperativismo: da cooperação ao movimento cooperativo**. Coimbra (Portugal): Almedina, 2013.

NIEDERLE, P. A.; WESZ JUNIOR, V. J. **As novas ordens alimentares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

OLIVEIRA, A. P. Agenda 2030 e cooperativismo: um estudo sobre a CooperCuc no seminário baiano. In: SOUZA, A. M. M. et al. (org.) **Desenvolvimento do semiárido: organização, gestão, inovação & empreendedorismo**. Belo Horizonte: Poisson, 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). **Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2023**. Brasília: Sistema OCB, 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). **CooperBrasil**. Brasília: Publicações OCB-DF, v.1, n.1, nov. 1997.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (OCESC). **Dados do Cooperativismo**. Florianópolis: Sistema Ocesc. 2025.

PALMEIRA, M. **Modernização, Estado e a questão agrária**. São Paulo: Estudos Avançados, USP, 1989.

POMPEIA, C. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Editora Elefante. 2021.

REITER, J. M. W. *et al.* **Os empreendimentos de agregação de valor e as redes de cooperação da agricultura familiar de Santa Catarina 2016**. 289ª ed. Florianópolis: Epagri, 2019.

SARTORI, S.; MAGNANTI, N. J. **Sistematização do Território Serra Catarinense: elaboração de propostas para o aprimoramento de políticas de desenvolvimento de territórios rurais**. Lages: Centro Vianei de Educação Popular, 2021.

SILVA, E. A. M. **Cooperativismo, o interesse pela comunidade e a promoção do desenvolvimento sustentável: um estudo na Cresol vale europeu**. 2021. 82 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas), Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de

Farias e Búrigo

Cooperativas Descentralizadas da Agricultura Familiar como estratégia para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Santa Catarina. Florianópolis, 2021.

SILVA, E. A. M; BÚRIGO, F. L. A contribuição do cooperativismo no desenvolvimento sustentável. In: FORNECK, E. MAYER, L. KERN, G. (org.). **Cooperativas e associativismo em Santa Catarina no contexto da imigração alemã para o sul do Brasil**. São Leopoldo: OIKOS, 2022.

TORRES, V. P. CAZANE, A. L. DERÓBIO, R. S. CRUZ, L. A. O. A proeminência das cooperativas para o avanço dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, Teófilo Otoni, v. 2, n. 1, p. 1-18, jun. 2024.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2011.

WILKINSON, J. Prefácio. In: ESTEVAM, D. O. MIOR, L. C. (org.). **Inovações na Agricultura Familiar: As Cooperativas Descentralizadas em Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 2014.